

ATAS DO SIMPÓSIO SÔBRE A BIOTA AMAZÔNICA

VOL. 2: ANTROPOLOGIA



Belém, Pará, Brasil, Junho 6-11, 1966

EDITOR: HERMAN LENT

Publicado pelo
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
RIO DE JANEIRO, GB
1967

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
<http://www.etnolinguistica.org/biota>

ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA

EDUARDO GALVÃO

Museu Paraense "Emílio Goeldi", Belém, Pará

Uma exposição sobre os estudos de antropologia na Amazônia oferece duas alternativas: a análise detalhada da literatura já reunida, ou a que preferimos, uma visão impressionista do quadro cultural das populações indígenas, do tempo de sua ocupação da área, à atual, tal como é possível reconstruí-lo, apoiados na pesquisa antropológica. HERBERT BALDUS, em sucessivos acréscimos à sua Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira continua sendo a melhor fonte analítica. De caráter informativo são os trabalhos de SAMPAIO, GARCIA e VERÍSSIMO. Generalizada para as ciências naturais e sociais, embora, e talvez por isso mesmo, pouco seletiva, é *Amazônia, Bibliografia 1614 — 1962*, editada pelo CNPq e IBBD, por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Na Amazônia, antes da chegada do europeu, tivemos um número de tradições culturais que atingiram marcado grau de complexidade tec-

nológica e sofisticação artística, evidenciadas pelos cerâmios de Marajó, Cunani, Maracá, Santarém, Miracanguera e outros. À exceção de raras instâncias como a de Santarém, os povos dessas tradições desapareceram ou foram absorvidos por outros de alcance cultural menos desenvolvido, em época anterior à conquista ibérica. Entretanto, mesmo essas tradições, não alcançaram o nível daquelas da costa do Pacífico e do altiplano andino, caracterizadas por um tipo de civilização urbana, que alcançou seu ponto alto no império incaico. O derrame dessa civilização para o leste, isto é, a área amazônica, não se efetuou de modo permanente, ou pela barreira oferecida pela floresta tropical e provável inadequação de técnicas de subsistência, desenvolvidas para o litoral semiárido da costa do Pacífico ou para o altiplano, ou porque essas fontes de irradiação cultural foram represadas e destruídas pela conquista espanhola. Mas, alguns

elementos culturais e seus portadores penetraram na área. E' hoje ponto pacífico a origem ocidental, provavelmente sub-andina de algumas fases ou tradições arqueológicas, que se implantaram na Amazônia brasileira, de que é exemplo em termos de extremo geográfico, a fase Marajoara, 1200 — 1450 DC, como descrita por MEGGERS e EVANS, que tem suas prováveis origens na área do rio Napo. A comparação estilística amplamente confirmada, é fato de que aí, como também ocorre para outras tradições, não se evidencia um desenvolvimento local, mas a fase surge já "feita", reforça aquela hipótese.

A população indígena com quem o europeu se defrontou, a julgar pelas primeiras crônicas de Carvajal, Acuña e das notícias mais recentes alcançando até o fim do século XIX, de viajantes e naturalistas, em essência não difere da atual. Houve grande retração do território ocupado, destribalização de grupos, absorção pela sociedade regional, e mesmo entre as populações indígenas mais arredias, a penetração de elementos culturais europeus. Em sua maior parte tratavam-se de grupos locais mais ou menos sedentários, da pequena concentração demográfica, com base de subsistência no cultivo da mandioca, mais na pesca do que na caça, e em menor escala na coleta. As aldeias se constituíam de

uma única grande maloca ou de várias, abrigando uma linhagem, sib ou conjunto de famílias extensas. Mantinha-se um certo sentido de unidade tribal pela ocupação de um território comum, dialeto e tradições, o que não impedia rivalidades e mesmo hostilidades vicinais. Em poucos casos e na eventualidade de um ou outro indivíduo reunir condições excepcionais de liderança, era inexistente a autoridade tribal centralizada. A posição dos chefes foi muito bem definida pelos cronistas, quando a eles se referiam como "principais", da aldeia ou da tribo. Na religião dominavam as práticas xamanísticas. Uma casa dos homens, segregada às mulheres e jovens não iniciadas, abrigava máscaras de dança, flautas e outros objetos do cerimonial, era o que mais se aproximava ao embrião do complexo templo-sacerdote da área dos cacicatos circo-caribeanos, de influência andina mais acentuada. Na mitologia predominavam as figuras de heróis culturais, na realidade como acentuou METRAUX, com referência aos Tupinambá do litoral atlântico, mais transformadores do que propriamente criadores das coisas do mundo. A esse tipo de cultura identificado principalmente por STEWARD como de "Floresta Tropical", contrastava um outro que repontava na periferia da área amazônica, melhor

caracterizada pelas manchas de savanas, campos ou cerrados, ou em enclaves dentro da área. Falta-lhe a atividade agrícola, ou quando presente, confinada a uns poucos produtos como a batata-doce, o milho, o amendoim. A ausência de cerâmica, tecelagem, canoas e de tipos de habitação mais complexos, que abrigos de uso temporário. Classificados como "marginais" por sua situação periférica, e também pela inferência histórico-cultural, bastante nítida em COOPER e STEWARD de que estes grupos representariam um nível de integração sócio-cultural mais arcaico do que aquêles.

Esses dois tipos são aqui tomados na sua versão extrema e simplificada. Independente ou concorrente ao processo de aculturação do indígena por influência do colonizador europeu, fatores como migrações, vizinhança e dominação, incidiram num outro processo de aculturação intertribal, de que emergiram gradações culturais de maior ou menor aproximação a um desses dois tipos padrões. De onde a necessidade de um esquema classificatório em melhor consonância com essas variantes regionais, sem que isso venha a invalidar o princípio conceitual de definição de tipos culturais suscetíveis de comparação em termos transcontinentais.

Dêsse ponto-de-vista e a êle se antecedendo de muito tempo, foi marcante para os estudos da etnologia brasileira em geral e da amazônica em particular, o esforço desenvolvido por MARTIUS em sua "Etnografia da América e especialmente do Brasil", para estabelecer uma classificação de tribos. Tomou como critério básico o lingüístico e a inferência de uma relação língua e cultura. O que é bastante evidente de seu esquema pioneiro; Tupis e Guaranis, Jês ou Crans, Guck ou Coco, os velhos, Parecis ou Poragis, Goitacazes, Aruaks, Lengos ou Guaikurus e Índios em transição para a língua e cultura portuguesa. Essa classificação, sem dúvida, arbitrária, por separar grupos lingüisticamente afins como Parecis e Aruaques ou Jês e Gucks, e não incluir outros grupos a esse tempo já suficientemente conhecidos, juntamente com um outro seu trabalho "Como se deve escrever a história do Brasil, pontos de interesse para o estudo de índios brasileiros", constituem realmente um ponto de partida para a sistematização do conhecimento etnológico.

Sua classificação é refundida por STEINEN, que a resume para as outras grandes famílias lingüísticas, Tupi, Caribe, Aruaque (Nu) e Jê, e um grupo de famílias menores esquema que em seus termos básicos, ainda hoje permanece. STEI-

NEN, trouxe, porém, uma inovação, a minúcia etnográfica resultante do que hoje se chama e se requer — “observação participante”, aliada à preocupação pelo levantamento do que chamou de “província cultural”, e as possíveis correlações de tribos dessa “província” com as de outros.

Sem ignorar o que foi a contribuição de EHRENREICH e de naturalistas que o antecederam, como WALLACE e BATES, uma obra definitiva para a etnologia amazônica é a de KOCH-GRUNBERG. Como STEINEN, concentrou-se em uma área, a norte amazônica, entre os rios Negro e Branco. Preocupou-se essencialmente com o levantamento, localização, a descrição etnográfica e lingüística das tribos dessa área. A morte prematura, o terá impedido de tentativa mais ambiciosa de generalizações e de um maior aprofundamento da análise de estruturas sociais. Entretanto, os problemas de aculturação intertribal, notadamente entre Makus (marginais), Tukanos e Baniwas (Floresta tropical), no Rio Negro, e os Xirianá e Caribes do Rio Branco, não lhe passaram despercebidos.

Um outro etnólogo, também de origem alemã, sem treinamento acadêmico, mas de “formação guarani”, CURT NIMUENDAJÚ, de considerável intuição e teimosia, se faz pioneiro dos modernos estudos de

etnologia amazônica. Engajado no Serviço de Proteção aos Índios, sentiu por força de suas funções, entre outras a de pacificar tribos hostis, como os Urubus do limite Pará-Maranhão, e os Parintintins, das proximidades do rio Madeira, precariedade da permanência de tradições culturais face o envolvimento dos grupos tribais pela sociedade nacional, e da necessidade de documentar e reconstituir enquanto possível as tradições como documentário científico, e o de suas reações ao processo aculturativo. Sua parceria com ROBERT LOWIE foi a mais produtiva. A pesquisa de campo, nos termos que hoje a concebemos, tornou-se com êle, na Amazônia, uma realidade. Em substituição às clássicas e longas viagens de exploração, em que o contato entre o pesquisador era muito abreviado e por isso mesmo orientado para aqueles aspectos mais aparentes do que então se chamava de “cultura material”, de comportamentos aparentemente exóticos ou aberrantes, ou de uma embobinada preocupação pela mitologia.

Contemporâneos com os de NIMUENDAJÚ, já em fins da década de 1930, outros trabalhos sobre grupos amazônicos foram realizados por pesquisadores como LEVI-STRAUSS (Nambikuara e Tupi-Kawahyby); QUAIN (Trumai); WAGLEY (Tenetehara e Tapirapé); FRIKEL

(Tiriyó); GALVÃO (Tenetehara, rio Negro, Xingu); MURPHY (Mundurucu); LEACOCK (Maué); CROCKER (Canela); CARDOSO DE OLIVEIRA (Tukuna), DREYFUS (Kaiapó); MAYBURY-LEWIS (Kaiapó); BECHER (Xirianá) e gente mais mûça como FIGUEIREDO, DINIZ, LARAYA, MATA e outros.

A literatura hist6rica e etnol6gica da Amaz6nia foi condicionada por uma constante, o processo de mudançã sofrido pelas sociedades tribais face ao carãter impositivo da conquista ib6rica. Do relato de CARVAJAL a comunicaç6es neste simp6sio como as de Diniz, Moreira Neto, Cardoso de Oliveira e Walegley, a t6nica 6 a da resultante do contato entre 6ndios e europeus, primeiro, 6ndios e brasileiros, ap6s; as mudançãs sofridas por aqu6les; a emerg6ncia de uma sociedade mestiça e os conflitos e os enquistamentos das sociedades ind6genas na nacional.

Do que foram os primeiros contatos entre os conquistadores ib6ricos e os povos nativos da Amaz6nia, vamos encontrar not6cias na cr6nica de CARVAJAL, relatando a descida de ORELLANA pelo Amazonas. A cr6nica 6 pouco precisa e geralmente prima pelo exag6ro, sobretudo quando se reporta aos feitos d6sses cinqüenta e poucos pioneiros defrontando aldeias em guerra, a que se atribui n6meros que variam entre 2.000 e 8.000. De

qualquer maneira o que se depreende dessa hist6ria, 6 que a reaç6o dos 6ndios localizados junto às margens do Amazonas, oscilou entre a recepç6o amiga e a reaç6o hostil. ORELLANA embora sua vontade de em nome de Espanha querer se apossar simb6licamente dessas terras novas, ao mesmo tempo, queria sobreviver.

Outras expediç6es se sucederam, a de Pedro Teixeira em 1637 com c6rca de 70 soldados portugueses, 1.200 6ndios de voga e guerra, que junto as mulheres e moç6s de serviç6o passariam de 2.000 pessoas (ACUÑA, 1941: 151), que alcança Quito um ano mais tarde. Uma verdadeira bandeira, cujo poderio de homens e armas foi capaz de reduzir a resist6ncia dos 6ndios aldeados junto às margens do Amazonas e Solim6es.

Essa expediç6o marca definitivamente o in6cio da conquista lusa, cujo princ6pio data de 1916 com a fundaç6o do Forte do Pres6pio, a atual Bel6m. Precedendo os portugueses, jã ingl6ses e holand6ses haviam estabelecido feitorias e fortes que alcançavam at6 a b6ca do Xingu. O 6ndio at6 essa 6poca mantinha relaç6es relativamente pac6ficas, pois o principal inter6sse era a troca de madeiras, drogas e animais ex6ticos. Para fixar a dominaç6o portuguesa era necessãrio dominã-lo. Foi o per6odo das "guerras justas", das expediç6es em bus-

ca das drogas do sertão e dos balisamentos de fronteira. Em 1669, Pedro da Costa Favela e Frei Teodoro reúnem na boca do rio Negro os índios Tarumais, pouco mais tarde é levantada a Fortaleza da Barra de São José, atual Manaus. Em 1725 tropas chefiadas por portugueses alcançaram até Marañitanas no rio Negro. Vinte anos mais tarde, é descoberta a ligação Negro-Orenoco através do canal Cassiquiare. Entre 1752 e 1763 são construídas fortalezas no alto rio Branco e rio Negro. Ao mesmo tempo se estabelecem ligações através do Madeira com Mato Grosso. Missionários que acompanhavam ou se adiantavam a essas expedições estabelecem aldeamentos — povoações indianas — muitas das quais ainda hoje subsistem, transformadas em núcleos urbanos ou rurais. Assim as aldeias de Mariuá, hoje Barcelos, São Gabriel (Uaupés), Borba e Tefé. Essas aldeias missionárias constituíam sobretudo entrepostos de mão-de-obra indígena para o equipamento das expedições de procura de especiaria e produção de gêneros de alimentação. O índio era “descido” de suas aldeias, preado, ou “resgatado” para o serviço nas expedições e nas chamadas obras públicas. Apesar dos *regimentos e ordenações* a condição de trabalho era a de escravo. Mesmo considerados livres, e com direito a uma remuneração justa,

eram compulsoriamente obrigados a serviços nas equipagens de canoa, construções e fábricas.

Em Barcelos, por exemplo, em 1800, quando sede da Capitania de São José do Rio Negro, com cerca de 3.000 habitantes, a maior parte constituída de indígenas, se encontravam fábricas de panos grossos, cordoaria, olaria e anil, além dos grandes roçados de algodão, café, cacau e de feitorias de peixe seco. Isso não quer dizer que o índio fôsse submisso. Os descimentos como a “domesticação” fôsse por religiosos ou seculares implicava sempre em guerra. Além desta, epidemias de natureza vária, incidiam sobre a população indígena, reduzindo-a consideravelmente. Do que foram os efeitos dessas incursões de doenças e expedições repetidas aqui dados citados por REIS (1957).

Entre 1743 e 1749, epidemias de varíola levaram 40.000 índios à morte. Anos antes em 1729, Belchior Mendes Moraes, massacrou cerca de 20.000 índios Manaos, nas margens do rio Branco. Índios do rio Negro dessa mesma procedência foram descidos para trabalhos públicos em Belém e em Macapá. Da mesma forma, já no século XIX o foram para as obras de remodelação urbana da cidade de Manaus.

A reação do índio foi, como diante das primeiras incursões, variada. Alguns se submeteram, outros

reagiram. Grupos como os Manaos reagiram, sendo alvo de expedições punitivas. E o que foi a reação dos colonizadores é bem atestada por essa citação de BAENA (1838: 250) referindo-se ao capitão Miguel de Siqueira, que para abafar uma rebelião desses índios, à frente de 180 homens vence “de voga arrancada a longa distância da cidade do Pará a aldeia Mariuá (hoje Barcelos) e faz neles supremo estrago, tanto no alto como no baixo rio Negro, sendo o maior número pasto das espingardas”.

Outras tribos como a dos Mundurucus, no rio Tapajós, que até 1770 se haviam distinguido por forte resistência e movimentos expansionistas, que alcançavam do Mudeira ao Maranhão, fracassadas as primeiras resistências aos portugueses, a eles se aliaram para como mercenários, reduzir grupos tribais, como os Mura.

Esses contatos, com os índios portugueses, resultaram, falando de um modo geral, na destribalização daqueles grupos mais expostos. Isto é, os que habitavam a margem do Amazonas ou do baixo curso de seus principais afluentes. Indivíduos de diferentes tribos eram reunidos nas aldeias missionárias ou simplesmente transferidos para os esparsos centros urbanos. Aí era submetido a um processo de verdadeira coação no sentido de mudança de seus valores culturais. A

começar pela língua, substituída pela chamada língua geral, derivada do Tupi costeiro, gramatizada pelos missionários e transformada em língua franca entre os próprios colonos mamelucos, e os índios “domesticados”. Hábitos, instituições sociais, crenças religiosas foram da mesma forma, condicionados ao padrão dominante de inspiração ibérica. As formas de economia de subsistência, geralmente baseada no cultivo de plantas como mandioca, milho, batata, etc., foram reorientadas para uma produção de comércio, destinada ao sustento das vilas coloniais, expedições e outras empreitadas, ao mesmo tempo que, para um escambo de mercadorias importadas sobretudo, ferro, panos, pólvora, sal etc. O fato da existência das chamadas “drogas” ou especiarias que na Amazônia colonial foram a constante da exploração comercial, levou à diminuição de atividades agrícolas, pelas de caráter extrativo. A exploração industrial da borracha, veio a acentuar o caráter extrativista da economia regional, o qual persiste até o presente, embora as flutuações do mercado.

Essa frente extrativista, que se instalou na Amazônia desde o século XVII, apesar de não oferecer sobre os grupos indígenas, aquela influência maciça e permanente, que outras como a agrícola e a pecuária, ofereceram a outros gru-

pos indígenas de outras regiões do País como nordeste e o sul, caracterizaram-se por outro lado, por sua rápida expansão e envolvimento de grupos tribais. Ao mesmo tempo que por uma capacidade mais definida de recrutamento temporário da população indígena. Ao contrário de outras áreas, como as do Brasil Central e do oeste que somente agora estão sendo conquistadas, temos na Amazônia, uma das fronteiras mais antigas e permanentemente devassadas do Brasil.

Para a maioria das tribos amazônicas, o processo de integração ou rejeição dessa integração à sociedade nacional, que teve início em 1600 veio a se completar em 1900. Temos ainda hoje, dada a relativa densidade daquelas populações nativas, um certo número de tribos que se afirmam como entidades autônomas, seja pela etnia, pela língua, como por tradições e costumes enfim o que definimos por cultura. Contudo, parte ponderável dessas populações tribais, constituem, mais propriamente extensões da população cabocla do que unidades tribais. Engajadas na produção local perderam sua auto-suficiência, dependem do comércio ou do aliciamento dos seus membros na indústria extrativa, e embora subsistam valores e hábitos tradicionais, predomina uma orientação para sua acomodação aos da

sociedade dominante nacional. A identificação tribal funciona em muitos casos, quase paralelo à de procedência regional. É o caso, por exemplo, dos segmentos tribais dos Baniua, no rio Negro; Macushi, Taulipang no rio Branco; Mundurucus e Maués entre Tapajós e Madeira e vários grupos dos rios Juruá, Purus e Guaporé, que embora dentro de uma conceituação sociologicamente rígida não possam ser considerados, como assimilados, são na realidade mais seringueiros ou caboclos que propriamente índios.

Contudo, aqueles grupos que entre outras formas de resistência à ocupação luso-brasileira, optaram pela de se refugiar em áreas de acesso mais difícil ou que primitivamente delas os habitantes ficaram assim protegidos, vieram a formar bolsões de populações indígenas relativamente isoladas, que persistem até o presente. São por exemplo, na margem norte do Amazonas, os grupos Parucotó-Xaruma, Pianocotó-Tirió, das Guianas; Xirianá-Waicá do rio Branco; Macu do rio Negro, alguns grupos do Guaporé; Kawahyb do Madeira e Tapajós; Kaiapó, do Tocantins-Xingu; os xinguanos do alto Xingu; e Guajá do Maranhão.

A situação de contato dessas tribos, nem sempre é fácil definir. Embora em sua maioria possam ser considerados como "isolados", na

realidade mantêm contatos indiretos, esporádicos e até permanentes, não com o que se poderia chamar de uma frente de povoamento, mas com elementos isolados, pioneiros, dessa frente. Em geral missionários, agentes do S.P.I., destacamentos ou bases militares. Esses grupos já mostram em grau maior ou menor, a resultante, dessas influências. Adotaram instrumentos de ferro, algumas vezes armas de fogo, plantas cultivadas, hábitos de indumentária, valôres e contraíram doenças, cujo efeito global se faz aparente em modificações de sua cultura tradicional. Entretanto, porque acobertados por um tipo de colonização protecionista têm mais oportunidade de viverem segregados e assim capazes de manter uma unidade tribal, sem a interferência daquelas compulsões mais imediatas de destribalização e assimilação pela sociedade nacional como ocorreu em tempos históricos.

Nesse contínuo histórico, distinguem-se períodos marcados por desenvolvimentos cruciais. E cada uma dessas etapas teve seu efeito distintivo no presente. Conquanto a continuidade do processo histórico, não permita uma demarcação exata entre um período e outro, as características peculiares a cada um desses estágios de desenvolvimento podem ser definidas em termos de datas que os englobam.

Esses estágios ou períodos indicam os fatores diferenciais que no tempo, contribuíram para formar a cultura cabocla contemporânea.

O primeiro período, o da expansão portuguesa, mais ou menos entre 1620 e 1759, é marcado pelo estabelecimento das missões; a introdução do catolicismo entre os povos nativos; a tentativa de supressão da religião indígena; a difusão do tupi-guarani como língua geral; e a substituição de numerosos padrões culturais indígenas por outros europeus, o que se fez sob a vigilância e orientação de missionários jesuítas e de colonos. A catequese, os *descimentos*, *resgates* e *guerras justas*, abalaram as sociedades nativas e favoreceram o processo de deculturação do indígena, isto é, a perda de elementos aborígenes, e o de aculturação, ou seja a aquisição de elementos europeus. Os colonos, por seu lado adotaram as técnicas de agricultura do índio, passaram a se utilizar de mandioca e outros alimentos dessa origem, e a explorar os produtos naturais do "sertão", que os índios já conheciam e utilizavam. Uma parte desse processo de amalgamação de culturas foi a mudança fundamental que as sociedades indígenas sofreram sob a dominação dos europeus — a economia de subsistência desenvolvida pelas sociedades tribais foi modificada para uma economia de produção para um

mercado externo. Juntamente com o impacto da catequese religiosa e o da "domesticação" pelo colono, essa mudança na economia abalou profundamente a estrutura social aborígene.

Durante o período seguinte, 1759 a 1840, as aldeias missionárias e as feitorias foram as bases que permitiram o desenvolvimento de vilas e cidades, ao mesmo tempo que o "índio domesticado" se integrava mais profundamente à sociedade mameluca. O período termina com a Cabanada, movimento nativista desencadeado em Belém, mas que foi sobretudo uma revolução da massa rural, e que demonstra o grau de consciência regional já atingido por essa população.

Entre 1840 e 1912, situa-se o terceiro período, marcado principalmente pelo desenvolvimento da indústria da borracha. A importância crescente desse produto e o seu comércio foram decisivos para romper o isolamento em que se encontrava a região. Imigrantes, em sua maioria dos estados do Nordeste, entraram em grande número na Amazônia. Sob a influência conjugada do comércio florescente e do influxo de imigrantes, sofreu a cultura do habitante rural novas modificações. A exploração econômica do vale, ainda baseada na coleta de um produto natural, a borracha, condicionou o desenvolvimen-

to das atuais freguesias, sítios e povoados.

A partir de 1912, quando se registra a derrocada da borracha no comércio internacional, até 1940, abre-se um período de decadência e estagnação. Volta a Amazônia a seu isolamento anterior, e são muito poucas as influências de fora que alcançam as comunidades rurais.

O advento da II Guerra Mundial reativa as potencialidades da economia regional pela intensa procura de borracha e materiais estratégicos, ao mesmo tempo que favorece a instalação de agências como o Serviço Especial de Saúde Pública e, posteriormente, o de planos desenvolvimentistas como o da SPVEA, com evidentes reflexos na fisionomia sócio-econômica da área.

Essas etapas históricas, se verificaram nas comunidades situadas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes principais. Nas áreas mais isoladas, como no alto curso dos rios Tapajós, Xingu, Negro e outros, somente agora está se fazendo sentir o impacto de alguns desses fatores que mencionamos na descrição dos diferentes períodos. Os índios tribais que habitam essas paragens mais distantes ainda não participam plenamente da economia regional. Trabalham, ocasionalmente na coleta de borracha ou de castanha, mas as sociedades tri-

bais ainda se mantém relativamente intactas. Ainda assim, o avanço de seringueiros e castanheiros, e em alguns casos se antecipando a êstes, os missionários com o ideal de cristianização dêsses grupos, são fatores de mudança.

Em contraste com essas áreas remotas, a introdução de novas idéias e de novas forças sociais e econômicas está bastante adiantada nos centros das vizinhanças imediatas de Belém, Manaus e outras cidades principais. Não se pode assim aplicar de maneira uniforme o mesmo critério de divisão em períodos que adotamos, para tôdas as comunidades do vale amazônico. Tampouco, poderemos concluir que para as áreas isoladas se repetirão as mesmas etapas de desenvolvimento, observadas em nossa generalização. Novas condições, o impacto do industrialismo e de novas correntes sociais, modificarão o processo. De qualquer forma, porém, a análise dos diferentes fatores que caracterizaram o desenvolvimento dos períodos, tais como os descrevemos numa tentativa de generalização ampla, e o seu confronto, com os que agora são introduzidos e postos em operação, permitem uma compreensão mais exata de direção do fenômeno de mudança cultural que ocorreu na população cabocla da Amazônia.

Um quadro assim delineado em linhas gerais parece coerente e ca-

paz de responder às indagações básicas do processo de mudança. Entretanto, até que se o reconstitua num detalhe razoável e dêle se inferir respostas, não apenas no estreito âmbito regional, mas hipóteses válidas de alcance geral, há muito que fazer.

A literatura, especialmente a de caráter historiográfico é bastante desigual com relação a veracidade e o valor do informante. Por outro lado, a extensão do território amazônico e a irregularidade de sua penetração e exploração, exceto por seus limites extremos, leva o etnólogo contemporâneo ao difícil trabalho de onde e em quem basear a reconstituição da história dêsse ou daquele grupo. Numa tentativa, por exemplo, de delineamento de áreas culturais, cujo número maior se incluía na Amazônia, tivemos que desistir de profundidade maior que a de 1900, dadas as dificuldades de triagem de informação.

E se aqui se acentua a importância dessa reconstituição histórica, é porque não acreditamos ser útil a descrição ou análise episódica de um ou outro aspecto da cultura, baseadas apenas naquele momento de observação. O que seria, de fato, um retorno aos moldes da etnografia clássica do princípio do século, embora as lendas de assuntos se transfiram de armas, utensílios domésticos, cerimoniais, mitologia, para outras de caráter

mais sofisticado. Relevantes como possam ser essas informações, elas o serão mais, se se aproximaram de uma tentativa de explicação universal do fenômeno do desenvolvimento cultural.

Dêsse ponto-de-vista o artigo de JULIAN STEWARD, no volume 5, do Handbook of South American Indians, "Sumário interpretativo das culturas sul-americanas", posteriormente ampliado e reformulado em seu livro *Native Peoples of South America* (1959 : 470), especialmente em seu último capítulo "Retrospecto e Perspectiva", nos parece a melhor abordagem orientadora da pesquisa antropológica na Amazônia. Basicamente o estudo do processo de destribalização do índio, sua passagem para uma cultura nacional, através dos caminhos da integração ou marginalização. "In short, they are becoming literate, nationally conscious farmers instead of isolated primitive peasants. Owing to their new outlooks, contacts and values, many are drawn into urban centers as skilled and semiskilled workers. And since race prejudice as such is comparatively weak in Latin America, those with exceptional ability and education may become artistic, professional and political leaders. All of these people pass out of the category of Indian, regardless of their race".

Esses índios oferecem um "laboratório" para o estudo de aculturação rico em variedade de situações e fatores em jôgo. O estudo da mudança cultural, tal como ocorre entre os vários grupos indígenas do norte do Brasil, permite compreender melhor o processo de formação da cultura cabocla, um resultado da fusão de elementos ibéricos, africanos e ameríndios, estes últimos trazidos pelos grupos indígenas assimilados à sociedade regional. (WAGLEY & GALVÃO, 1961).

Esse é o caminho geral do processo. Outras alternativas são aparentes e delas já dávamos notícia em comunicação à Primeira Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em 1953, com relação àqueles grupos resistentes a assimilação pela sociedade nacional. A resistência desses grupos é uma condição de sobrevivência, por não encontrarem um lugar mesmo nos escalões sociais mais baixos da sociedade regional, ao mesmo tempo que embora segregados nos postos indígenas e aldeamentos, têm, pelo menos em teoria, a garantia legal de uso da terra e outras facilidades assistenciais do Estado. Em outros casos a súbita expansão da população brasileira que se defronta com grupos indígenas pouco numerosos não permite um espaço de tempo necessário a uma acomodação. O índio se retrai ou é empurrado para mais longe. Seu pequeno

número o coloca em posição de inferioridade, de minoria étnica, sem outra alternativa que a de perecer (GALVÃO, 1957).

O que é também reclamado por RIBEIRO e OLIVEIRA. "A conclusão final a que se chega é que a população Terena, malgrado esteja integrada à estrutura econômica regional, nada indica que em futuro próximo venha a ser assimilada pela sociedade brasileira ou por seus segmentos sócio-culturais. Talvez nem mesmo isso chegue a ocorrer algum dia, se persistirem as mesmas condições que têm levado a quase totalidade dessa população a permanecer aldeada. A assimilação de alguns indivíduos, geralmente filhos e netos de índios emigrados de suas comunidades, destribalizados ou urbanizados, não é suficiente para nos permitir diagnosticar a população Terena, em seu conjunto, como estando em vias de incorporação à sociedade nacional. (OLIVEIRA, 1960 : 153; cf. RIBEIRO, 1962).

A amplitude desses problemas e dos recursos humanos e financeiros, disponíveis, e que em nosso país são de modesta escala, impõem ou deveriam impor a necessidade de uma certa disciplina orientada para a investigação de problemas de interesse teórico realmente relevante e a coordenação de esforços e recursos. A iniciativa individual, por mais brilhante e pioneira que

venha a ser, terá que por força dessas circunstâncias, particularmente em uma área como a amazônica, de aguda carência de recursos, ceder lugar ao empreendimento de pesquisas de equipe e de colaboração interdisciplinar.

A atuação de órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e do Museu Paraense Emílio Goeldi, a êle subordinado, marcam um avanço nesse sentido, polarizando recursos, reunindo equipes mistas, e realizando programas em que não está ausente o sentido de sua aplicação ao desenvolvimento da região.

Do ponto-de-vista do trabalho de equipe, citamos o exemplo mais recente, desenvolvido pelas equipes do Museu Nacional e da Universidade de Harvard, sob orientação de Oliveira e Maybury Lewis com enfoque na área Tocantins Xingu, particularmente os grupos Kayapó, e que veio de encerrar-se agora, após três anos, com um seminário em Harvard. Tentativa semelhante foi iniciada pela Universidade de Brasília para a área do alto Xingu, infelizmente interrompida por circunstâncias alheias ao interesse científico e que agora é retomada pelo Museu Goeldi em termos ampliados, de modo a possibilitar uma cobertura arqueológica, etnológica e lingüística.

No campo da colaboração interdisciplinar, na área amazônica, um

comêço foi tentado pelo Museu Nacional, utilizando-se de sua própria equipe, nos idos de 50, em que a um trabalho prévio por antropólogos sucederam-se outros de interesse das ciências naturais. Uma publicação dando resultados de caráter exploratório (Observações Zoológicas e Antropológicas na Região dos formadores do Xingu: CARVALHO, LIMA & GALVÃO, 1949) marca a concretização desse projeto. Sua continuação implicou na participação de outras instituições e atualmente, como melhor exemplo dos resultados desse contato interdisciplinar e inter-institucional, citaria a minha própria experiência, quando no ano passado com Paulo Vanzolini, do Departamento de Zoologia de São Paulo, "sentamos" por um mês na aldeia Kamaiurá (Alto Xingu) não tanto para coletar bichos ou interpretar cartas de parentesco, mas assuntar do que sua experiência como biólogo, e a minha como etnólogo podiam conduzir a uma explicação da "biota" xingwana. Se não chegamos a uma explicação, ficaram umas tantas idéias que vamos levar para pesquisas futuras.

RESUMO

Em época anterior à conquista da Amazônia, por espanhóis e portugueses, um número de povos indígenas dominava a área. Alguns já tendo alcançado um marcante

grau de sofisticação cultural, evidenciado na Amazônia Brasileira, pelos cerâmios arqueológicos de Marajó, Santarém, Maracá, Itacoatiara, Miracanguera e outros. Terão sido, provavelmente, cacicatos teocráticos, originários das encostas orientais dos Andes. Dominaram, expulsaram ou eliminaram outros povos de culturas mais simples, porém não encontraram uma base satisfatória de fixação, pois ao comêço da ocupação ibérica já estavam, em sua maioria, extintos. À exceção de raras instâncias como a de Santarém, o europeu defrontou-se com grupos indígenas de cultura geralmente definida como do "*Tipo Floresta Tropical*", com base na roça de mandioca, a caça ou a pesca, um equipamento tecnológico primário, baixa concentração demográfica, menos por alguns grupos ripários, organização política muito frouxa, constituindo-se a tribo, mais propriamente uma unidade à base de língua e tradições comuns, que um núcleo sócio-político com estruturação definida.

O processo de integração ou de alienação dessas populações indígenas à sociedade colonial e a emergência de uma de caráter nacional, é sumariamente apresentado. Entre 1616 (fundação de Belém) e 1759 (expulsão dos jesuítas) são estabelecidas as missões religiosas, que através de processos

fortemente coatores, procuram suprimir a estrutura social e religiosa das tribos, substituindo-a pelo modelo europeu. *Descimentos, resgates e guerras justas* favorecem o processo de deculturação e destribalização do indígena. A mudança dirigida de uma economia de subsistência e auto-suficiência tribal para uma outra de produção para o mercado externo, é dos fatores mais importantes no processo de mudança cultural do indígena. No período seguinte, de 1759 a 1840 (revolução dos Cabanos), as aldeias missionárias e feitorias, transformam-se em vilas e cidades. O índio "domesticado" se integra mais definitivamente à sociedade mameluca, enquanto o "arredio" busca o refúgio e isolamento nos altos rios, onde tanto quanto lhe permite a expansão do "branco", reaviva as suas tradições culturais, ou as mantém apenas afetadas por uns poucos elementos de cultura européia que se filtram no esparso contato. Entre 1840 e 1920, a exploração da borracha nativa pela sua demanda no mercado internacional, alcança a maioria desses grupos arredios e isolados, e promove a aceleração do processo aculturativo, pela extensão e penetração da frente pioneira nacional. Embora o recesso que advem da queda dos preços da borracha e a

retração das frentes de exploração, firma-se em definitivo o processo de descaracterização da cultura tribal. Subsistem apenas uns poucos bolsões, a exemplo na faixa fronteira com as Guianas ou no Brasil Central, onde o etnólogo vai encontrar ainda nos dias de hoje culturas indígenas relativamente intactas.

O campo que se oferece à pesquisa etnológica na Amazônia é por força desses fatores, condicionado sobretudo à investigação do processo de mudança cultural a longo alcance. A reconstituição do passado histórico, possível em algumas áreas, pela investigação arqueológica moderna, ou a utilização de relatos como de Bettendorf que surpreendeu os Tapajonios, uma cultura precolombiana ainda sobrevivendo no século XVII, somados às informações dos naturalistas viajantes, de que sobressaem Alexandre Rodrigues Ferreira e Martius, e as mais recentes de etnógrafos profissionais, do final do século XIX e princípio deste, notadamente von den Steinen e Koch-Grünberg, retomadas nos últimos 20 anos por pesquisadores de que Nimuendajú foi pioneiro, tem conduzido, não obstante a ênfase conceitual particular a cada investigador, à essência do processo de mudança, em sua dinâmica causal.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, Cristobal de, 1941, *Descobrimiento do Rio das Amazonas*. Trad. anot. por. C. de Mello Leitão. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. (Brasília-na v. 205).
- BAENA, A. L. M., 1838, *Compendio das eras da Província do Pará*. Pará.
- CARVALHO, J. C. M., LIMA, P. E. & GALVÃO, E., 1949 Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingú. Rio de Janeiro, Imp. Nacional. (Museu Nacional. Publ. avulsas 5).
- GALVÃO, E., 1955 *Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. (Brasília-na 284).
- GALVÃO, E., 1957, Estudos de aculturação dos grupos indígenas do Brasil. Reunião Brasileira de Antropologia. 1, Rio de Janeiro, 1953. *Rev. Antropol.*, São Paulo, 5 (1): 67-74.
- GALVÃO, E., 1959, Aculturação indígena no Rio Negro. *Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi*, n.s., Antropologia, 7:
- OLIVEIRA, R. C., 1960, *O Processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- OLIVEIRA, R. C., 1964, *O Índio e o mundo dos brancos*. São Paulo, Difusão européia do livro.
- REIS, A. C. F., 1957, *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro, Min. Educação e Cultura. Serv. Documentação.
- RIBEIRO, D., 1962, *A Política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro, Min. Agricultura. Serv. Informação Agrícola.
- STEWART, J. H. & FARON, L. C., 1959, *Native peoples of South America*. New York, McGraw Hill.
- WAGLEY, C. & GALVÃO, E., 1961, *Os Índios Tenetehara (uma cultura em transição)*. Rio de Janeiro, Min. Educação e Cultura. Serv. Documentação.